

Funai providencia demarcação de terras dos Nauás

Após a descoberta do povo Nauá, que havia sido dada como extinta já a bastante tempo, a Funai está buscando oficializar a demarcação das terras em que vivem. Infelizmente o processo envolve diversas questões, como a questão de posse de terras por exemplo, o que acaba dificultando e prolongando a demarcação.

ÉRIKA LOPES

Depois de descobrir mais um povo indígena que supostamente havia desaparecido há muito tempo e comprovadas suas origens e etnias através de diversas pesquisas, a Funai está tentando efetivar a demarcação de terras destes povos Nauas.

Infelizmente esta efetivação de terras não é tão simples assim. Envolve diversos problemas como recursos para indenizar pessoas que já vivem lá, posseiros ou não, envolve a autorização do governo federal através do Incra para a efetiva posse da terra e todos os recursos para a criação de um grupo de trabalho para realizar um estudo antropológico do território (passo anterior à demarcação).

A descoberta do povo começou em setembro do ano passado quando a equipe do CIMI – Conselho Indigenista Missionário – de Cruzeiro do Sul, em viagem pelo rio Mõa, parou em função de um forte temporal na casa de dona Francisca (que seria a última sobrevivente do povo Nauá).

Para se chegar à casa atravessava-se um cemitério. Indagada sobre o cemitério no terreiro, ela respondeu que era "coisa de índio". Dona Francisca disse ainda que morava ali há muitos anos, que era índia e pertencia ao povo Naua. Indagada sobre os seus familiares ela confirmou haver filhos e parentes morando no Igarapé Novo Recreio e que haviam ainda mais dois irmãos mais velhos.

Surgiu desta forma uma interrogação sobre a que tribo estas pessoas pertenciam e assim começou a pesquisa investigativa da Funai e do CIMI.

Até então acreditava-se que Nauá era uma etnia que não existia mais na história acreana e que desapareceu dos livros da história desde 1870. No entanto, a população viveu nos seringais do Parque Nacional da Serra do Divisor sob o sistema do extrativismo de maneira incógnita e agora resolveram se auto-reconhecerem como indígenas e pedir a proteção do Estado que lhes é devida.

Com os levantamentos feitos pela equipe do CIMI no Igarapé Novo Recreio descobriu-se inicialmente que haviam pelo menos 9 famílias Nauá com uma população de aproximadamente 75 pessoas.

Foi feito pela Funai, depois da descoberta, um trabalho de identificação para comprovação étnica.

O administrador da Funai, Antônio Pereira esteve em Brasília para resolver a ques-

tão da demarcação e solicitou no dia 8 deste mês a formação do grupo de trabalho para identificar a área destes índios e realizar um estudo antropológico deste território para a legitimação da existência da terra indígena.

Segundo o administrador substituto da Funai, Sebastião Manchineri, o processo normal destas providências leva aproximadamente um ano, no entanto, com a falta de recursos o processo vai durar uns três anos e terá um gasto de 40 mil reais.

Sebastião Manchineri explicou que o grupo será formado por representantes do Incra, antropólogos e agrimensores. "Acredito que no máximo daqui a duas semanas teremos o grupo já formado por mais ou menos seis integrantes".

Manchineri afirmou que não haverá empecilhos quanto à demarcação, apesar das brigas por terras no Brasil ser histórica e as discussões pela reforma agrária serem intermináveis. Já o coordenador do CIMI, Éden Magalhães, afirmou enquanto o coordenador da Funai estava em Brasília, a possibilidade de haver empecilhos para a demarcação da terra.